

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E SEXUALIDADES

NÃO É CORTINA DE FUMAÇA: o conservadorismo patriarcal como categoria central para a ascensão da extrema direita na América Latina

IT'S NOT A SMOKECRINNER: patriarchal conservatism as a central category for the rise of the extreme right in Latin America

Larissa Souza Pinheiro¹

RESUMO

Neste artigo, abordamos os caminhos e estratégias traçadas pela extrema direita na política latino-americana, onde a perseguição a chamada “ideologia de gênero”, a renaturalização da família e o reforço aos papéis tradicionais de sexo ganham centralidade no jogo político adotado pelos grupos ultraconservadores presentes aqui. Além disso, pretendemos demonstrar a relação intrínseca que há entre conservadorismo e ultraneoliberalismo no atual quadro de acumulação capitalista, que faz com que as pautas moralizantes não se apresentem como simples cortinas de fumaça para as chamadas “pautas econômicas”. Para isso foi realizado uma revisão bibliográfica, junto de uma análise conjuntural e histórica, pautada na tradição marxista e fundamentada na perspectiva teórico-política fundada no feminismo materialista e decolonial, que considera as relações patriarcais de sexo, raça e classe de forma consubstancial e coextensiva.

Palavras-chave: conservadorismo; extrema direita; América Latina; ideologia de gênero;

ABSTRACT

In this article, we address the paths and strategies outlined by the extreme right in Latin American politics, where the persecution of the so-called “gender ideology”, the renaturalization of the family and the reinforcement of traditional sex roles gain centrality in the political game adopted by ultraconservative groups present here. Furthermore, we intend to demonstrate the intrinsic relationship between conservatism and ultra-neoliberalism in the current framework of capitalist accumulation, which means that moralizing agendas do not present themselves as simple smokescreens for the so-called “economic agendas”. To this end, a bibliographical review was carried out, along with a conjunctural and historical analysis, based on the Marxist tradition and based on the theoretical-political perspective founded on

¹ Professora adjunta do departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Email: larissa.pinheiro@academico.ufpb.br

materialist and decolonial feminism, which considers the patriarchal relations of sex, race and class in a consubstantial and coextensive way.

Keywords: conservatism; far right; Latin America; gender ideology;

1 INTRODUÇÃO

A segunda década do século XXI marcou o esgotamento do que se convencionou chamar de “onda vermelha” na América Latina. A partir de 2010, desenvolveu-se aqui uma série de processos de intensa instabilidade política e recrudescimento do conservadorismo.

Temos como pressuposto, que essa ascensão conservadora, que atinge de forma particular a vida das mulheres faz parte de uma tendência mundializada, reflexo da crise estrutural do capital que, como estratégia de superação da crise, lança mão da ideologia conservadora para preservar o sistema imbricado de relações de dominação e exploração de classe, sexo e raça.

A partir dessa compreensão, esse trabalho propõe-se a fazer uma análise dos caminhos e estratégias traçadas pela extrema direita na política latino-americana, onde a perseguição a chamada “ideologia de gênero”, a renaturalização da família e o reforço aos papéis tradicionais de sexo ganham centralidade no jogo político adotado pelos grupos ultraconservadores presentes aqui. Além disso, pretendemos demonstrar a relação intrínseca que há entre conservadorismo e ultraneoliberalismo no atual quadro de acumulação capitalista.

Para isso, utilizaremos o método materialista de Marx. Para nós, a compreensão da realidade está em entender de forma histórica e crítica as relações sociais em seus antagonismos e contradições, compreensão fundada na perspectiva de totalidade que apenas o método marxiano é capaz de oferecer. Além disso, nossa pesquisa se fundamenta numa perspectiva teórico-política fundada no feminismo materialista e decolonial, que considera as relações patriarcais de sexo, raça e classe de forma consubstancial e coextensiva.

O trabalho seguirá a seguinte exposição, após essa introdução, tratará sobre o processo de ascensão da extrema direita na América Latina, particularizando as articulações entre seus setores laicos e religiosos. Como forma de naturalizar os efeitos da crise estrutural do capital, se utilizam do conservadorismo em prol do processo de moralização da sociedade a partir do combate a ideologia de gênero, da defesa da família heterossexista-monogâmica e da naturalização dos papéis tradicionais de homens e mulheres na divisão sexual do trabalho.

Agindo como a base ideológica para a implementação dos ajustes materiais e subjetivos necessários a acumulação capitalista em tempos de crise.

Seguirá com a apresentação das considerações finais desse trabalho, que longe de esgotar o tema, aponta como tendencia o fortalecimento dessa articulação entre ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo, onde as pautas moralizantes longe de se apresentarem como cortina de fumaça, formam uma estratégia central para que os projetos da extrema direita avancem na sociedade latino-americana.

2 A ascensão conservadora na América Latina: a adesão as pautas moralizantes como estratégia de crescimento da extrema direita latino-americana.

Concordamos com Biroli, Machado e Vaggione (2020, p. 8) que a forma atual do conservadorismo latino-americano “está relacionada a uma temporalidade marcada pelos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI e expressa coalizões políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita.” A partir disso, essas coalizões se utilizaram do combate à “ideologia de gênero”, da “defesa da família e das crianças” e da “defesa da vida” (contra a legalização do aborto) como motes centrais para aglutinar forças conservadoras, desestabilizando a democracia na América Latina, restringindo as agendas feministas e por diversidade sexual e, por fim, mas não menos importante, para impor o ultraneoliberalismo conservador como única resposta possível para a instabilidade gerada pela crise estrutural do capital e suas consequências objetivas e subjetivas no interior das classes trabalhadoras.

Essa mobilização conservadora inicia-se justamente no contexto de reabertura democrática na América Latina, isso por três motivos principais: primeiro, o contexto de organização política dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, que crescia em todo o mundo, onde em solos latino-americanos opunham-se fortemente ao neoliberalismo e que pela primeira vez deixavam de seguir as orientações do Vaticano em decisões e votações internacionais, como nas conferências da ONU de 1985, em Nairóbi e 1995, em Pequim. O segundo motivo é que esse período marca o avanço da ofensiva neoliberal sobre a América Latina, fazendo com que a família patriarcal burguesa fosse essencial para responder as necessidades de reprodução social e de gestão da miséria, frente aos desmontes das políticas sociais causados pelos ajustes neoliberais. O terceiro é que foi também pelo alargamento do espaço democrático, que setores conservadores, como o das igrejas neopentecostais,

começaram a incidir e pleitear os espaços políticos e públicos, disputando a noção de direitos humanos e o andamento das políticas pela igualdade de gênero e diversidade sexual.

Essa contraofensiva conservadora inicia-se ainda na década de 1980, quando a igreja católica passa a se posicionar contra a utilização do termo “gênero” em documentos e tratados internacionais, além de construir campanhas contra a chamada “cultura da morte”, produzindo as primeiras bases teóricas para refutarem que os direitos das mulheres, principalmente os sexuais e reprodutivos, fossem compreendidos dentro do quadro mais amplo dos direitos humanos.

Na década de 1990, em resposta às conferências da ONU Mulheres, principalmente a de Pequim, o Vaticano e seus intelectuais passam a lançar documentos, especificamente para América Latina, alertando sobre os perigos da “ideologia de gênero”². A partir disso, os Direitos Humanos passam a ser campo de batalha moral e política da igreja católica.

A oposição entre a vida x cultura da morte foi a primeira estratégia utilizada pela igreja católica para mobilizar a sociedade contra os direitos sexuais e reprodutivos, já apontando a reprodução da “cultura da morte” como um mal moral, um ataque às leis naturais e divinas, que colocava em risco as famílias e as tradições. Esse posicionamento do Vaticano foi expresso na encíclica *Evangelium vitae*, lançada em 1995 pelo Papa João Paulo II. Além disso, a encíclica questionava os Direitos Humanos e convocava políticos e legisladores contra as formulações de leis que permitissem o aborto e a eutanásia. A partir disso, ela traz que:

Precisamente numa época em que se proclamam solenemente os direitos invioláveis da pessoa e se afirma publicamente o valor da vida, o próprio direito à vida é praticamente negado e espezinhado, particularmente nos momentos mais emblemáticos da existência, como são o nascer e o morrer. (...) Assim, a aceitação do aborto na mentalidade e nas leis é reflexo da crise do sentido moral, que é cada vez mais incapaz de distinguir entre o bem e o mal (...) quando uma lei civil legitima o aborto ou a eutanásia, ela deixa de ser, por isso, uma verdadeira lei civil moralmente vinculante (*Evangelium Vitae*, 1995, p. 4).

A partir do conteúdo da encíclica é importante notarmos que, mesmo que essa reação conservadora tenha ganhado mais força a partir da segunda década do século XXI, a construção das bases teóricas e morais já vinham sendo construídas, principalmente pela igreja católica e seus representantes.

² Em 1998 foi lançado, pela Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana, o informe “Ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, que foi reproduzido e divulgado por toda América Latina.

Nesse primeiro momento já é possível perceber a criação de algumas estratégias de ação: a dualidade bem x mal, onde as feministas e o avanço dos direitos das mulheres representam o mal, a disputa em torno da compreensão dos direitos humanos e a centralidade que a igreja reserva a construção das legislações, não só no sentido de disputá-las, mas de questionar a separação entre Estado e Igreja, reivindicando a moralidade cristã no ordenamento jurídico.

Essas estratégias que começaram a ser articuladas ainda na década de 1980 ganham força e se massificam nos anos 2000, ganhando apoio de dois novos sujeitos: os neopentecostais, que cresceram de forma rápida e massiva na América Latina e os políticos e legisladores de direita ou extrema direita que viram no combate à “ideologia de gênero” e à diversidade sexual uma forma de ganhar espaço e visibilidade.

O início dos anos 2000, além da entrada desses dois novos sujeitos na reação ao avanço do movimento feminista e LGBT, também marca a qualificação das estratégias dessa frente conservadora que se formava, com a centralidade no combate da chamada “ideologia de gênero”. Se nos anos 1980 e 1990, a igreja católica falava muito sobre a cultura da morte, nos anos 2000 ela unifica todas as suas críticas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos, do casamento homoafetivo, ao sexo fora do matrimônio e a desconstrução de papéis tradicionais de homens e mulheres na chamada “ideologia de gênero”.

O termo “ideologia de gênero” foi cunhado a primeira vez por Dale O’Leary, ativista católica Norte Americana, que se autodetermina “pró-vida”, usado por ela para definir a movimentação feminista durante as conferências da ONU na década de 1990 em torno do que ela caracterizou como “novos direitos”. A partir daí, o termo passou a ocupar lugar central nos posicionamentos do Vaticano contra o que eles chamavam de “novos direitos humanos” (os direitos sexuais e reprodutivos) e facilmente se espalhou para além do campo católico se tornando, segundo Vaggione (2020, p. 55), “uma das principais estratégias retóricas do autodenominado movimento pró-família em diferentes regiões do mundo”. Ainda de acordo com o autor, o termo funciona como:

Um ideologema, um articulador de sentidos culturais e políticos, o que facilita sua circulação e sua apropriação pública. Não corresponde a uma teoria nova, não produz novos posicionamentos morais, mas condensa em uma fórmula acessível e potente a política sexual e de gênero da igreja católica. (...) Entre seus usos táticos, a “ideologia de gênero” remete a um caráter não científico e falso de demandas dos movimentos feministas e LGBTQI, inscrevendo uma antinomia entre direitos sexuais e reprodutivos (o ideólogo) e leis da natureza (o verdadeiro) (VAGGIONE, p. 55).

Essa mudança de estratégia, além de unificar em um só termo todas essas críticas, apresentando, segundo documentos produzidos pelo próprio Vaticano que “o desafio mais perigoso para a família vem da ideologia de gênero, nascida nos ambientes feministas e homossexuais anglo-saxões e já difundida em todo o mundo”, também foi útil na formação da unidade entre setores conservadores, principalmente entre católicos e neopentecostais na América Latina.

Essa unidade foi essencial para a disseminação do combate à “ideologia de gênero” no continente. É importante lembrar que não é a primeira vez que protestantes (do qual fazem parte os neopentecostais) e católicos se unem para perseguir e domesticar mulheres e as chamadas “sexualidades dissidentes”. No processo da caça às bruxas isso também aconteceu, mesmo em meio à reforma protestante e a uma intensa disputa entre protestantismo e a igreja católica, essas diferenças foram deixadas de lado e tanto países protestantes quanto católicos perseguiram, julgaram e mataram milhares de mulheres na Europa e nos países colonizados sob acusações de bruxaria.

Foram utilizados os mesmos métodos de julgamentos, castigos e torturas, tudo teoricamente formulado pelo catolicismo e executados pelo protestantismo e pelo Estado de forma unificada e massificada, assim como tem sido no combate a “ideologia de gênero”. A igreja católica segue sendo a grande responsável pela formulação teórica em torno do tema, foi a responsável por espalhar e financiar esse debate pelo mundo, enquanto o protestantismo, diante do seu crescimento principalmente na América Latina, tem sido o responsável por mobilizar fiéis para atos públicos e agitar esse debate entre diversos setores da sociedade, inclusive formando bancadas políticas em vários países para incidir sobre esse tema no Estado.

Ainda que existam fortes diferenças e disputas entre católicos e evangélicos, assim como havia durante a caça às bruxas, principalmente no contexto do atual declínio da filiação católica na América Latina, a centralidade em torno das pautas morais de controle das mulheres e de imposição do heterossexismo, fez a unidade nascer e se tornar uma peça chave para a compreensão da ascensão conservadora na América Latina. Vaggione, Machado e Biroli (2020, p. 29) nos falam sobre a construção dessa aliança:

A aliança conjuntural entre atores católicos e evangélicos tradicionalistas, impelida pelo forte crescimento dos pentecostais em vários países do continente, defende a família heterossexual, a vida desde a concepção e a moralidade cristã. Opera

unificando esses atores no debate e ação política, como se não houvesse disputas morais dentro do catolicismo e do pentecostalismo, assim como entre ambos (...) Apesar das diferenças doutrinárias e até do confronto histórico entre os evangélicos com a igreja católica, esses atores atualmente compartilham a agenda antigênero.

No Brasil, enquanto a igreja católica assiste um declínio da filiação de seus fiéis, de 64,63% em 2010 para 50% da população brasileira em 2016³, as igrejas protestantes, cresceram de 22,2% para 30% no mesmo período, sendo ainda, as que mais cresceram entre os grupos mais vulneráveis, apresentando um crescimento de 59% entre negros e 58%⁴ entre as mulheres. Além disso, o Instituto Datafolha mostrou também que a maioria dos evangélicos frequenta Igrejas neopentecostais, como a Assembleia de Deus (que tem o maior número de fiéis 34%), seguida pela IURD, pela Congregação Cristã e pela Quadrangular do Reino de Deus.

Outra pesquisa realizada pelo Pew Research Center, realizada em 2014, mostra que o Brasil é o país com o maior número proporcional de protestantes da América Latina, onde a cada 10 pessoas com mais 16 anos, 3 são evangélicas.

O crescimento das igrejas neopentecostais é um fato que merece nossa atenção e análise mais profunda, pois além de ser um fenômeno que marca a organização conservadora contra movimentos feministas e LGBT, também mobiliza grande número de mulheres, principalmente negras e pobres, em torno da cruzada antigênero e em defesa da família em toda a América Latina.

O alto número de mulheres entre os evangélicos não se deu por acaso e torna a nossa análise acerca da perseguição contra as pautas feministas mais complexa. Uma das estratégias que vem sendo travada por essa ascensão conservadora em todo o mundo e especificamente nos países da América Latina, é a construção do argumento de que as famílias e as crianças estão sob ameaça. Essa ideia se constrói principalmente em torno das pautas sobre a educação sexual nas escolas e as pautas sobre os direitos sexuais e reprodutivos.

O apelo em torno da família acaba mobilizando de forma particular as mulheres, pois elas são historicamente responsabilizadas pelos trabalhos de reprodução social, incluído nisso, de forma central, a proteção e manutenção da família e dos seus filhos. Sendo assim, a

³ Dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 08/04/2022.

⁴ “Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha”, Folha de S. Paulo, 13 jan. 2020, Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 08/03/2022.

construção de uma ameaça “tão perigosa” quanto à chamada “ideologia de gênero” acaba se tornando facilmente uma boa forma de mobilizar as mulheres em defesa dos seus.

Além disso, ainda que os homens continuem assumindo os cargos de liderança dentro das igrejas, o chamado das mulheres para assumir essa “missão” de lutar contra a “ideologia de gênero” também se tornou uma forma de disputar as consciências das mulheres com o feminismo. As igrejas, também se utilizando de pautas identitárias, mas com um caráter fortalecedor da ideologia de natureza e do papel “natural” da mulher dentro da família e da sociedade, passaram a abrir mais espaços para a participação das mulheres na dinâmica das suas instâncias organizativas, criaram grupos de mulheres, mães, casais, jovens, líderes, tudo isso resultando em uma maior participação delas na esfera pública.

Outro aspecto que é importante para compreender o grande envolvimento de mulheres no interior das igrejas evangélicas é que essas igrejas se multiplicam em territórios vulneráveis, onde a desigualdade social é intensa e profunda. As mulheres são as mais atingidas pelas políticas de ajuste neoliberais, principalmente as negras e pobres, sendo responsabilizadas pela gestão da miséria e pela reprodução das suas famílias. Sendo assim, as igrejas evangélicas encontram nesses territórios terrenos férteis para sua propagação, e acabam muitas vezes oferecendo serviços e auxílios que estão sendo negligenciados/negados pelo Estado, sendo vistas, pelas mulheres beneficiadas por esses serviços, como uma forma de sobrevivência.

A participação intensa de mulheres no interior dessa mobilização contra as políticas de igualdade de gênero e de diversidade sexual acaba sendo duplamente interessante para os setores conservadores, religiosos ou não. Primeiro, porque as mulheres são as grandes responsáveis pela educação dos seus filhos, pelo repasse dos costumes e valores, sendo assim, convencendo as mulheres mobiliza-se uma família inteira em torno das pautas conservadoras. Segundo, porque ter mulheres se opondo a outras mulheres, nesse caso às feministas, torna a disputa ideológica travada pelo feminismo ainda mais complexa e cheia de desafios.

Essa estratégia conservadora de colocar a família e as crianças no centro do debate, como se estivessem sob ameaça, não é útil só para a mobilização das mulheres, mas de toda a sociedade contra os “inimigos” que se materializam no movimento feminista e LGBT. A centralidade que a família ocupa nesse debate não se dá por acaso ou apenas por ser um tema de grande importância no interior do conservadorismo religioso. Essa centralidade também é completamente útil e funcional para o neoliberalismo e é nesse ponto que ultraneoliberalismo

e ultraconservadorismo encontram seu grande ponto de convergência, formando a ponte que liga a direita secular à extrema direita religiosa.

O corte de gastos sociais imposto pelo neoliberalismo gera impactos diretos nas condições de produção e reprodução da classe trabalhadora. Mas não é porque o Estado e o capital deixam de arcar com os custos de reprodução dos que vivem do trabalho que essas necessidades deixam de existir, na verdade essa é uma necessidade vital ineliminável: as crianças seguirão precisando de cuidados e educação, a alimentação vai continuar precisando ser preparada, os doentes e idosos ainda seguem demandando cuidados e atenção especial, a casa e as roupas precisam de manutenção e limpeza, entre tantas outras tarefas que garantem que os trabalhadores estejam aptos ao trabalho produtivo e que tenham minimamente condições de sobreviver.

A família heterossexual burguesa, baseada nas desigualdades impostas pela divisão sexual do trabalho, com centralidade na responsabilização das mulheres na realização desses trabalhos de forma gratuita é imprescindível para garantir a reprodução da classe trabalhadora sem custos ao Estado ou ao capital, principalmente se tratando de um trabalho que não pode simplesmente deixar de ser realizado. Assim, o reforço desse modelo de família se torna central para alargar os lucros do grande capital em tempos de crise estrutural.

Além das demandas do neoliberalismo frente à esfera da reprodução social, a criação de um pânico moral em torno de uma suposta ameaça à família, o ato de culpar as feministas e LGBTs pela sensação de instabilidade sentida de forma geral pela classe trabalhadora, redireciona a indignação frente às precariedades e impactos das políticas neoliberais para os direitos conquistados recentemente pelas chamadas “minorias”.

Dito de outra maneira, o atual quadro de precariedade e instabilidade do trabalho e dos serviços públicos, de desemprego massivo, insegurança alimentar, violência exacerbada e completa fluidez dos mercados e das finanças, vem causando um quadro geral de adoecimento mental, relações sociais e de solidariedade fragilizadas e de incertezas quanto às condições materiais de produzir e se reproduzir da classe trabalhadora, isso tudo fruto da lógica capitalista, ultraneoliberal que tem nos levado ao processo intenso de barbarização da vida. O conservadorismo, na sua função ideológica, produz a seguinte lógica: “essa instabilidade que vocês estão sentindo é culpa dessas feministas e LGBTs que estão acabando com o bem mais precioso, a base da sociedade, a família, por isso tudo está tão instável”.

Dessa forma, o conservadorismo consegue, em um só movimento, poupar o neoliberalismo de críticas e questionamentos, ao mesmo tempo em que mobiliza essas críticas em forma de ressentimento e violência sobre os direitos recém-conquistados das mulheres e da população LGBT e ainda reforça a família burguesa, tão útil aos conservadores e neoliberais.

É importante lembrar que a família defendida e supostamente sob ataque, não é qualquer família, mas sim, a família heterossexual, com a monogamia imposta só às mulheres e onde se naturalizam relações de desigualdade e violência. Nas palavras de Biroli (2020, p. 151):

A “família” que o neoconservadorismo defende é um espelho das tradições morais cristãs. É formada por um homem e uma mulher, variando entre formulações mais tradicionalistas, nas quais o primeiro provê financeiramente, e outras nas quais a mulher é definida como agente relevante para a prosperidade da família. Nessa configuração, homens e mulheres têm papéis complementares e o problema da exploração do trabalho fica suspenso – como esfera privada afetiva, ela não seria atravessada por relações de poder. A moralidade sexual conservadora, que define a família pelo objetivo da reprodução biológica – restringindo-a a arranjos heterossexuais –, é, assim, acompanhada do requisito da funcionalidade. Em um contexto de desregulamentação e privatização, a máxima “cada um por si” amplia a responsabilidade das famílias como unidades privadas.

Dessa forma, além de conservar a reprodução dos papéis tradicionais na divisão sexual do trabalho, garantindo que as mulheres continuem realizando os trabalhos de reprodução social de forma gratuita, o conservadorismo ainda direciona, o que poderia ser ódio de classe, para as figuras que ele vem construindo como inimigos desde a acumulação primitiva do capital, as mulheres, os LGBTs e os negros e negras.

A partir disso, reforçamos que não é possível analisar o atual quadro de acumulação capitalista sem compreender o papel que o conservadorismo exerce nessa profunda crise que se arrasta por meio século, seja para que a lógica do capital siga se reproduzido e continue alargando suas margens de lucro, seja para apreender que a classe trabalhadora não é atingida da mesma forma pelos rebatimentos dessa crise. Dessa forma, para além de tratar os ataques direcionados às mulheres, LGBTs, negros e negras como cortina de fumaça, é necessário compreender a profunda conexão entre conservadorismo e capitalismo, e de que forma a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe se reproduzem na contemporaneidade.

Essa articulação fica evidente no Brasil, a medida em que as pautas moralizantes ganhavam grande visibilidade e adesão entre setores conservadores, assumindo cada vez mais

importância política, que a partir de 2010, mas principalmente após o *impeachment* de Dilma em 2016, que um grande número de políticos de direita passaram a aderir a essas pautas e se apresentarem como as figuras que salvariam a pátria do mal do feminismo, dos LGBTs e também da corrupção.

O crescimento das pautas moralizantes caminhou junto do crescimento político de representantes evangélicos na política brasileira. O crescimento da Frente Parlamentar Evangélica da Câmara dos Deputados ilustra esse movimento. Criada em 2003 – ano que, segundo Machado (2020), pela primeira vez o termo “ideologia de gênero” aparece em debates da Câmara – com cerca de 33 parlamentares, alcançou o número de 89 parlamentares após o *impeachment* de Dilma, alcançando em 2022, o número expressivo de 196 deputados, mais de um terço dos 513 em exercício.

Foi justamente após se batizar como evangélico e ampliar sua atuação das pautas de segurança pública para as pautas morais em torno do combate à diversidade sexual e à “ideologia de gênero”, que Jair Bolsonaro deu a guinada política que nunca tinha conseguido nos seus 28 anos de carreira pública, obtendo um crescimento de 436% no número de votos entre as eleições de 2010 e 2014, após protagonizar debates contra a “ideologia de gênero” em torno do PNE.

Assim, acreditamos que o bolsonarismo é muito mais que um fenômeno que surgiu com a figura de Jair Bolsonaro, ele só foi capaz de condensar a ascensão conservadora que já caminhava a passos largos em toda a América Latina. Foi unido e com o apoio da movimentação dos setores católicos e neopentecostais, que organizavam a cruzada antigênero e antidiversidade sexual, que ele passou a representar a salvação moral para os que a clamavam, enquanto também abria os caminhos para o ultraneoliberalismo.

A mesma estratégia utilizada por Bolsonaro aqui em 2018, pode ser observada nas recentes eleições Argentinas de 2023, que elegeu o ultraneoliberal conservador Milie como presidente do país, ou mesmo em outros processos de intensa instabilidade política por toda a América Latina como a destituição de Fernando Lugo (Paraguai, 2012), o golpe contra Evo Morales (Bolívia, 2019), a eleição de Pedro Pablo Kuczynski (Peru, 2016), Sebastián Piñera (Chile, 2010 e 2018), que marcaram a ascensão da extrema direita e o fortalecimento da democracia do tipo blindada em solos latino-americanos.

Dessa forma, é que reafirmamos que as pautas moralizantes são muito mais que cortina de fumaça como insistem em afirmar alguns analistas políticos. Elas são, além de estratégia

central de crescimento e agitação desse setor, a pauta que unifica e organiza a diversidade da direita latino-americana. Além disso, são completamente necessárias para o atual quadro de acumulação capitalista, que remonta os padrões de exploração e expropriações da acumulação primitiva do capital, gerando a necessidade de domínio cada vez mais violento sobre os corpos, sexualidades e diversidades que formam a classe trabalhadora.

3 CONCLUSÃO

A América Latina inicia a terceira década do século XXI assombrada por um fantasma de um passado não tão distante: o conservadorismo de cunho cristão, com forte influência norte-americana, que se alastra de forma sorrateira e transnacional por todo o continente. Foi com o combate à “ideologia de gênero” e sob o manto de proteção da família e das crianças, que a direita cristã conservadora ganhou o coração e as mentes da população latino-americana, que, atordoada pelos impactos objetivos e subjetivos causados pelas medidas de austeridade fiscal neoliberais, abraçaram o conservadorismo como a ideologia que abriria espaço para figuras de extrema direita que uniam ultraneoliberalismo e ultraconservadorismo, culpando as feministas e os LGBTs pela crise capitalista e seus efeitos.

Foi analisando esse movimento de forma mais aprofundada que pudemos chegar às seguintes conclusões: esse ataque articulado pelo conservadorismo patriarcal propicia a criação de um clima de pânico moral, mobilizando o Estado em torno da perseguição dos direitos das mulheres e LGBTs, ocasionando um redirecionamento da sensação de instabilidade causada pela crise estrutural do capital para as mudanças causadas pelas conquistas no campo da reprodução social e da diversidade sexual.

Essas armas e estratégias mobilizadas pelo conservadorismo ultraneoliberal, colocam a família como o lugar natural a ser ocupado pelas mulheres, seu ponto de partida e de chegada, onde quem ousar negá-lo ou transgredi-lo está à mercê de punição, do julgamento e da culpa, sempre utilizada como eficaz forma de coerção contra as mulheres. Além disso, a centralidade dada à família, nos faz concluir que, longe do conservadorismo estar desvinculado do atual quadro de acumulação capitalista, ele é central para ela. A crise estrutural do capital exige que as mulheres, principalmente as negras, respondam às necessidades de reprodução da classe trabalhadora, que o Estado, cada vez mais, negligencia e nega frente ao assalto ao fundo público promovido pela burguesia e suas frações.

Ou seja, longe de ser cortina de fumaça, fato acessório ou mera coincidência, como alguns analistas quase chegam a concluir ao ignorar esses fatos, o conservadorismo em sua face patriarcal e racista é essencial e central ao capitalismo em sua fase de crise estrutural, remontando uma campanha misógina contra as mulheres que só tínhamos assistido, com tamanha intensidade e amplitude, na caça às bruxas promovida na acumulação primitiva do capital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólem, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ARAÚJO, Ernesto. **Meta política Brasil: pela aliança liberal-conservadora**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/03/ernesto-araujo-nazismo-esquerda.pdf>. Acesso em: 20/05/2022.

BIROLI, Flávia. **Gênero, “valores familiares” e democracia**. In: Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo, Boitempo, 2020.

BOULOS, Guilherme; GUIMARÃES, Vitor. **Resistir ao golpe, reinventar os caminhos da esquerda**. Por que gritamos golpe? para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Orgs: Ivana Jinkins, Kim doria, Murilo Cleto. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2016.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 1ª ed. São Paulo, 2014.

CUMBRE TRANSATLÂNTICA, **Political Network For Values: III Cumbre Transatlántica – Colombia 2029**. Colombia, 2029 Disponível em: <https://politicalnetworkforvalues.org/que-hacemos/cumbres/cumbre-transatlantica-colombia-2019/>. Acesso em: 02/03/2022.

DEMIER, Felipe. HOVELER, Rejane. (orgs.) **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

DIP, Andrea. **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GOMES, Carla de Castro. **Propagação dos termos “ideologia de gênero” e “aborto” nas mídias escritas brasileiras**. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/propagacao-de-discursos-sobre-ideologia-de-genero-no-brasil/10046>. Acesso em: 20/02/2020.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira.** In: Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Regan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

VAGGIONE, Juan Marco. **A restauração legal:** o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: Gênero, neoconservadorismo e democracia. São Paulo, Boitempo, 2020.